

ESCOLA SEM PARTIDO - Projeto vai a plenário na Assembleia Legislativa do Paraná

CAOP Informa

Postado em: 13/09/2019

Projeto Escola Sem Partido vai a plenário da Assembleia Legislativa do Paraná na sessão da próxima segunda-feira...

Projeto Escola Sem Partido vai a plenário na sessão da próxima segunda-feira (16/09/2019). Em abril a Assembleia Legislativa realizou uma audiência pública, que lotou o plenarinho, para debater o PL 606/2016 que institui no sistema de ensino estadual o Programa Escola Sem Partido.

(Foto: Orlando Kissner/Alep) Veja também: • Posição Oficial do CAOPCAE

- Projeto de Lei nº 606/2018-PR
- Notícias relacionadas

- Links referenciais O projeto de lei nº 606/2016, que institui no sistema de ensino estadual o Programa Escola Sem Partido, estará na pauta de votações da sessão plenária da próxima segunda-feira (16), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Assinado pelo deputado Ricardo Arruda e pelo hoje deputado federal Felipe Francischini, ambos do PSL, o texto, que será votado em primeiro turno, prevê que cartazes sejam colocados nas escolas públicas e privadas do Paraná, determinando limites que não poderiam ser ultrapassados pelos educadores para evitar o "doutrinação" por parte de professores em salas de aula. O projeto também determina que o Poder Público não se envolverá no processo de amadurecimento sexual dos alunos, nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero. A matéria ainda exige, entre outras coisas, que os professores da rede pública estadual não promovam seus próprios interesses, opiniões ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. Ao tratar políticas, socioculturais e econômicas, o texto determina que professores apresentem aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito do conteúdo apresentado em sala de aula. "Eu venho lutando por esse projeto desde o mandato passado. Trata-se de uma proposta importantíssima que visa dar um fim nas ideologias de gênero e partidária, que vêm atrapalhando as crianças e as famílias paranaenses. A educação piorou muito nos últimos anos. Nosso objetivo é cumprir a Constituição Federal, mas sem envolver ideologia, política e discussão de gênero na educação. Isto é um desrespeito", argumenta Ricardo Arruda. Histórico Tramitando na Casa desde 2016, o projeto de lei foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em março do ano passado. Ainda em 2018, o texto recebeu parecer favorável das Comissões de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência; e de Educação. Em abril deste ano a Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior realizou uma audiência pública, que lotou o plenarinho da Alep, para debater o projeto. Em maio, a proposta teve o parecer favorável aprovado na Comissão, ficando apta para ser apreciada em plenário. Ainda no mês de maio, a matéria chegou a ser pautada para votação em primeira discussão, no entanto, um requerimento apresentado pelo primeiro secretário da Casa, deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB), solicitando a retirada do texto da pauta de votações, foi aprovado em plenário. Agora, o projeto retorna à ordem do dia conforme o anunciado pelo presidente da Alep, deputado Ademar Traiano (PSDB), durante a sessão plenária da última terça-feira (10).

Constitucionalidade A ala favorável ao projeto "Escola sem Partido" defende a aprovação alegando que o texto é constitucional por estar em sintonia com o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prescreve, entre as finalidades da educação, o preparo do educando para o exercício da cidadania. Segundo os autores do texto, o direito de ser informado sobre os próprios direitos é uma questão de estrita cidadania. Já os contrários defendem que a proposta é inconstitucional, assim como a Ordem dos Advogados do Brasil - seção Paraná (OAB-PR), e o Ministério Público do Paraná (MP-PR). A OAB-PR inclusive entregou ao presidente Traiano, no dia 15 de maio, um parecer sobre o projeto. Segundo o presidente da entidade, Cassio Telles, trata-se de um parecer dentro das normas constitucionais e do Direito brasileiro. Por Eduardo Santana ASCOM / ALEP [Fonte: ALEP - Assembleia Legislativa do Paraná - 12/09/2019] Posição Oficial do CAOPCAE/MPPR Este Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e da Educação do Ministério Público do Estado do Paraná (CAOPCAE/MPPR), em consonância com a posição institucional, repudia qualquer tentativa de estabelecimento de vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de estudantes, possam gerar a perseguição de professores e demais servidores públicos da educação no exercício de suas atribuições. Ratificamos, integralmente, a Nota Técnica nº 30, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), formulada pelo seu Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e já subscrita pela Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná, conclusiva quanto à inconstitucionalidade das propostas legislativas conhecidas como da "escola sem partido". Recomendamos, por fim, a leitura de interessante texto da Psicóloga Elaine Beatriz Sartori, atuante neste CAOP, que apresenta uma análise dos efeitos psíquicos na vida dos estudantes, frente a essa inversão de papéis proposta pelo projeto - de tentar transformar o aluno em fiscal do professor. Equipe do CAOPCAE/MPPR [voltar] Matérias relacionadas:

(links internos)

- » Educação
- » Educadores
- » Escola sem Partido: Perspectiva Analítica
- » Escolas sem Partido
- » Publicações: Educação - Escola sem Partido Notícias relacionadas: (links internos)
- » (13/09/2019) ESCOLA SEM PARTIDO - Projeto vai a plenário na Assembleia Legislativa do Paraná
- » (31/01/2019) ESCOLA SEM PARTIDO - MPPR se manifesta sobre "Escola sem Partido" Notícias - Assembleia Legislativa/PR: (links externos)
- » (28/05/2019 - ALEP/PR) Maioria dos deputados decide retirar de pauta projeto Escola Sem Partido
- » (15/04/2019 - ALEP/PR) Assembleia debate projeto que cria o programa Escola Sem Partido
- » (12/04/2019 - ALEP/PR) Audiência Pública discute o projeto da Escola Sem Partido
- » (08/05/2019 - ALEP/PR) Projeto "Escola sem Partido" recebe parecer favorável na Comissão de Ciência e Ensino Superior
- Mais Notícias: Escolas sem Partido Notícias - Câmara dos Deputados: (links externos)
- » (06/06/2019 - Câmara dos Deputados) Professores defendem liberdade de ensinar em debate na Câmara
- » (13/02/2019 - Câmara dos Deputados - Entrevistas) Escola sem Partido x Escola sem Mordaza
- » (21/02/2017 - Câmara dos Deputados - Vídeo - Expressão Nacional) Escola sem Partido
- » (04/04/2017 - Câmara dos Deputados) Comissão discute projeto da Escola sem Partido com procuradores da República
- Mais Notícias: Escolas sem Partido Notícias - Portal MPPR: (links externos)
- » (28/05/2019 - MPPR - MP no Rádio) Projeto "Escola Sem Partido" foi tema do programa
- » (30/01/2019 - MPPR - Institucional) MPPR se manifesta sobre "Escola sem Partido"

- Mais Notícias: Escolas sem Partido Download: (arquivos PDF)
 - » Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas (2018)
 - » Nota Técnica nº 30/2018 - GNDH/CNPG - Liberdade de cátedra (23/11/2018)
 - » Projeto de Lei nº 606/2016-ALEP/PR - Escola sem Partido
 - » Projeto de Lei PL nº 7180/2014 - Câmara dos Deputados Referências: (links externos)
 - » ALEP - Assembleia Legislativa do Paraná
 - » Câmara dos Deputados Vídeos - Canal CAOPCAE no YouTube: (links externos)
 - » (28/05/2019 - MP no Rádio) Escola sem Partido - Olympio de Sá Sotto Maior Neto
 - » (17/12/2018 - Justiça para Todos) Liberdade de cátedra - Francisco Monteiro Rocha Júnior